



Caro Leitor,
Chega até si a terceira edição do InfoARAP 2016
Fique por dentro da conferência organizada pela ARAP
sobre Regulação dos Contratos Públicos;
Conheça as ações de capacitação realizadas;
E saiba que a ARAP já conta com mais uma parceria.
Uma boa leitura!

Índice

Conferência Regulação dos Contratos Públicos	2 e 3
Capacitação em Agrupamentos e Recursos a Terceiros	6 e 7
Protocolo ARAP - CTCV	7



Regulação dos Contratos Públicos...



Aconteceu no dia 23 de Setembro a Conferência sobre Regulação dos Contratos Públicos. Tema que pela sua importância, tem merecido discussões e estudos em diversas áreas a nível mundial.

Tema que também para Cabo Verde é importante e que, de acordo com o Ministro das Finanças Olavo Correia, o Orçamento de Estado devota cerca de 60 milhões de contos por ano, cerca de 40 por cento do PIB, em aquisições públicas, o que também torna o Estado no maior agente económico no país. Nesta ótica, refere o governante, no ato de abertura da conferência, o Estado deve funcionar como um agente da promoção da economia do país, salientando que **“a intervenção na economia deve ser feita com base nos princípios da legalidade, da transparência, da racionalidade, para que se possa maximizar os resultados pretendidos”**.

Olavo Correia diz que Cabo Verde deve tudo fazer para que “no quadro da contratação pública, não haja nenhum critério de beneficiação, que não seja o interesse público”. Para o Ministro das Finanças, a ARAP deve criar um quadro normativo para regular a contratação pública, controlar e fiscalizar para que, caso haja desvios, possam haver sanções e “evitar que bens públicos possam ser colocados ao serviço de terceiros e não ao serviço do interesse público”, assegurando que vai haver reforço da capacidade institucional da ARAP e do quadro legal.

Para a PCA da ARAP, Carla Soares Sousa, o olhar sobre a contratação pública está sendo modificado e, os contratos estão sendo vistos como um poderoso instrumento de políticas públicas, visando melhorar a qualidade de vida de cada cidadão. E porque as compras públicas mobilizam um valor significativo da execução orçamental, a regulação do setor é fundamental para a sua transparência, eficiência e eficácia, assim como para a promoção da economia.



...Em debate



Membros do CA da ARAP e Oradores

Durante o dia os participantes tiveram a oportunidade de escutar dissertações de consagrados especialistas na matéria e com eles trocar impressões sobre a regulação dos contratos públicos e os impactos que ela pode trazer ao nosso país e à nossa economia .

A primeira oradora, Catarina Pinto Correia, Advogada e que trabalhou na elaboração dos diplomas relacionados com a contratação pública em Cabo Verde, debruçou sobre a *Análise Jurídica da Regulação dos Contratos Públicos*, apresentando as motivações à necessidade de regulação dos contratos públicos, bem como as opções jurídicas para fazer face a

essas motivações e objetivos. Pinto Correia fez ainda uma abordagem da evolução da regulação dos contratos públicos em Cabo Verde e o impacto na boa governação e na gestão da despesa pública, na transparência e na concorrência dos mercados públicos.

A *Evolução da Regulação dos Contratos Públicos em África e seu Impacto na Economia* foi o tema apresentado pelo consultor em Procurement, João de Almeida, ele que também já tem uma experiência com a realidade cabo-verdiana e com a ARAP enquanto consultor do Banco Mundial. João de Almeida fez uma incursão às principais debilidades e desafios da formação e execução dos contratos; pressões favoráveis à reforma dos sistemas; e o impacto na economia dos respetivos países— que segundo ele é um estudo que deverá ser feito pelas entidades reguladoras.

A *Regulação dos Contratos Públicos – o Caso de Cabo Verde*, foi apresentado pelo Presidente do Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC)- instituição da qual ARAP tem um protocolo de cooperação - **Fernando Silva, matéria que também faz parte do livro “Regulação dos Contratos Públicos- Modelo para uma Autoridade Reguladora”, apresentado pelo próprio autor.** Na sua comunicação Silva fez uma avaliação sobre a forma como a regulação dos contratos públicos é assegurada ao nível dos países da União Europeia, numa análise comparativa com os modelos adotados em países dos quatro continentes, nomeadamente Cabo Verde, Gana, EUA, Colômbia, Indonésia, Filipinas e Austrália .

Apesar da aproximação em termos de legislação, o autor afirma que no plano organizativo e estatutário, Cabo Verde acabou por tomar a dianteira, ao instituir uma entidade reguladora das aquisições públicas que em Portugal apenas surge em 2015, com o IMPIC. Destacou ainda o papel da ARAP sobretudo na resolução alternativa de litígios, através da Comissão de Resolução de Conflitos (CRC), o que também é novidade em relação a Portugal.

O conferencista chamou ainda atenção para o futuro da contratação pública, que deve ser visto não como uma função de segundo plano mas como um poderoso instrumento para o desenvolvimento e a promoção de um conjunto cada vez mais alargado de políticas públicas.

Ultrapassar os desafios na contratação pública



E porque a resolução dos conflitos é um dos instrumentos da regulação dos contratos públicos, o Presidente da CRC Carlos Veiga, discursou no encerramento da Conferência Regulação dos Contratos Públicos, apontando desafios que é preciso ultrapassar para se ter um bom sistema de contratação pública.

De entre os desafios apontados estão: a implementação da contratação eletrónica; o acesso direto e facilitado à informação; a resolução alternativa de litígios, o funcionamento dos conselhos consultivos; a capacitação institucional das instituições públicas, entre outros que afetam igualmente toda a Administração Pública e, sobretudo, o reforço da ARAP no que tange a recursos humanos.

Ao fazer uma retrospectiva, Carlos Veiga considerou que já se percorreu um bom caminho na contratação pública, indicando que **“somos capazes de continuar mas, que exige esforço e trabalho de casa, e que façamos a nossa parte para que possamos avançar”**. Considerou que o esforço tem sido grande e as ideias são claras e, cada vez mais a entidade reguladora vem ganhando o

seu peso e importância na Administração Pública. E que a instituição “deve merecer de todos nós que queremos que a boa governação seja regra em Cabo Verde o apoio de forma ativa e proactiva para que possa cumprir o seu papel” concluiu Veiga em jeito de balanço da sua experiência na ARAP enquanto membro e Presidente da Comissão de Resolução de Conflitos da ARAP-cargo que ora deixa.

Na hora do adeus ao colaborador Carlos Veiga, uma homenagem e o reconhecimento da ARAP pelo seu comprometimento e a sua contribuição efetiva durante a sua trajetória profissional à causa da contratação pública.

Para a Comissão de Resolução de Conflitos da ARAP – CRC, fica o legado de um profissional que soube com rigor respeitar os princípios e regras e sobretudo responder com celeridade e profissionalismo a todas as questões com que foi confrontado. E, como a vida é feita de desafios, regozijamo-nos com a nova missão, e a equipa da ARAP deseja-lhe muitos sucessos.





Capacitação em agrupamento de empresas



O agrupamento e o recurso a terceiros estão previstos no Código da Contratação Pública-CCP, e que se bem utilizados constituirão numa ferramenta de excelência para potencializar a participação das Micro e Pequenas empresas nos procedimentos de contratação pública.

O primeiro permite que que várias empresas possam agrupar, formando um consórcio, para participarem num procedimento de contratação pública

Agrupamentos e Recursos a Terceiros-São Vicente

e, há algumas regras a observar. Nomeadamente, alguma preparação e organização por parte das mesmas, no sentido de optimizarem a sua participação. Para além do planeamento e organização há também a responsabilidade. Isto por que, apesar da necessidade de ter um representante, os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante, pela manutenção da candidatura e/ou da proposta que apresentarem num determinado procedimento, bem como pela sua execução.

O recurso a capacidade de terceiros permite que o candidato ou concorrente recorra a capacidade técnica de outra entidade para atender uma necessidade. Para isso, é necessária a apresentação de declaração de compromisso subscrita pelas referidas entidades.

A formação sobre Agrupamentos e Recursos a Terceiros, decorreu no dia 26 de Setembro, na ilha do Sal no hotel Belorizonte.



Agrupamentos e Recursos a Terceiros- ilha do Sal

...e recursos a terceiros



Agrupamentos e Recursos a Terceiros– Santiago

No dia 27 foi a vez de São Vicente receber a mesma formação, que aconteceu no Centro de Negócios da Câmara de Comércio de Barlavento.

As ações realizadas no Sal e São Vicente contaram com a organização da Câmara de Comércio de Barlavento.

Na ilha do Fogo, a formação sobre Agrupamentos e Recurso a Terceiros, aconteceu no dia 18 de Julho, e na ilha de Santiago, o mesmo aconteceu no dia 25 de Julho na Câmara

de Comércio de Sotavento. Sendo as duas organizadas pela Câmara de Comércio de Sotavento-CCISS.

Estas formações foram ministradas pelo Advogado Carlos Veiga, e o público-alvo constituído por juristas, economistas, engenheiros, gestores e demais interessados do setor privado. As mesmas fazem parte da estratégia da ARAP para, em parceria com as camaras de comércio, capacitar o setor privado e, contam com o financiamento do Quadro Reforçado Integrado (QIR)- programa que apoia os Países Menos Avançados-PMA a utilizar o comércio como veículo para o crescimento económico e a redução da pobreza.

ARAP assina Protocolo com a CTCV



A Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas-ARAP e a Câmara de Turismo de Cabo Verde-CTCV passam a cooperar com o objetivo de promover e facilitar o diálogo entre o setor público e o privado, no tocante à mobilização de recursos para ações de formação e de sensibilização em matérias relacionadas com a contratação pública em Cabo Verde. A formalização do mesmo aconteceu na sede da CTCV na ilha do Sal, e foi rubricado pela PCA da ARAP Carla Soares de Sousa e pela Secretária-Geral da CTCV, Eveline Fernandes.

Refira-se que este é o terceiro protocolo que a ARAP assina com instituição do género, tendo já acordos técnicos com a Câmara de Comércio de Barlavento e a de Sotavento, e enquadra-se na estratégia de informação e formação, capacitação e sensibilização dos operadores económicos em assuntos relacionados com a contratação pública.

Breves...



Capacitação em informatização

A técnica Any Teixeira participou no *Curso de Criação de Capacidades de Informatização para Dirigentes dos Países da Língua Portuguesa em 2016* que decorreu na China de 15 de Agosto a 04 de Setembro.

Procedimentos FED

O Administrador João Tavares e o técnico Adilson Semedo participam no *“Training on Financial and Contractual Procedures in the Framework of the EDF for NAO”* a decorrer de 26 de Setembro a 6 de Outubro, com vista dotar os técnicos nacionais de conhecimentos sobre os procedimentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento-FED.



Privatização e PPP's

Os técnicos Nathaly Soares e Salvador Correia participam no *Curso de Formação em Privatização e Parcerias Público-Privadas* – uma parceria do Ministério das Finanças com a Porto Business School – Portugal que decorre de Setembro 2016 a Fevereiro de 2017.

Para conhecer

Duas obras de interesse da editora Almedina : A *Regulação dos Contratos Públicos—Modelo para uma Autoridade Reguladora*, da autoria de Fernando Silva.

E, uma publicação contendo o *Código de Contratação Pública de Cabo Verde* organizado pelo Rodrigo Esteves de Oliveira e Catarina Pinto Correia.



Em imagens....



INFORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

Conferência Regulação dos Contratos Públicos—Praia



INFORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

Equipa do CA da ARAP e conferencistas



INFORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

Formação em Agrupamentos e Recursos a terceiros-CCISS-
Santiago



INFORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

Formação em Agrupamentos e Recursos a terceiros-CCB-Sal



INFORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

Formação em Agrupamentos e Recursos a terceiros-CCB-
SVicente



INFORMAÇÃO/COOPERAÇÃO

Protocolo entre ARAP e CTCV

Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas

Rua Neves Ferreira, nº 5
Cruzeiro (zona do ténis)- Plateau
Praia-Santiago
Cabo Verde
Tel: 260-04-07
Fax: 261-56-66

